00130.000053/2026-92

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos

Ofício SEPPI Nº 205/2026/SEPPI/CC/PR

Brasília, 30 de março de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal Edifício Principal 1º Pavimento
Praça dos Três Poderes, s/nº
70165-900 Brasília - DF
E-mail: sen.davialcolumbre@senado.leg.br
presidente@senado.leg.br

Assunto: Relatório de acompanhamento do andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI - Exercício 2025.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, em atendimento ao disposto no art. 9º, §2º, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, encaminho à apreciação de Vossa Excelência o Relatório de acompanhamento do andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, referente ao ano de 2025 (7382562).

2. Informo ainda, que a publicação também pode ser acessada por meio deste link.

3. Renovo os votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

MARCUS CAVALCANTI
Secretário Especial

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Benício Foltz Cavalcanti**, **Secretário(a) Especial**, em 30/03/2026, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7382560** e o código CRC **8543FE8D** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00130.000053/2026-92 SUPER nº 7382560

SAUN Quadra 5 - Lote C - 2º Andar - Torre D - Centro Empresarial CNC - E-mail: agendappi@presidencia.gov.br

Telefone: (61) 3411-8532/8564

CEP 70040-250 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br


























RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI

Relatório apresentado ao Congresso Nacional em conformidade com o disposto no art. 9º, § 2º, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016

PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS | PPI

CASA CIVIL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO


























SUMÁRIO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO ESPECIAL DO PPI 4

1. AÇÕES DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS EM 2025 6

1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 6
1.2. ATUAÇÃO DO PPI 9

2. CARTEIRA DO PROGRAMA 13

2.1. INICIATIVAS APROVADAS PELO PPI EM 2025 13

3. PROJETOS DO PPI EM ANDAMENTO E PERSPECTIVA PARA 2026 19

3.1. PROJETOS FEDERAIS 19
3.2. PROJETOS DE APOIO AOS GOVERNOS SUBNACIONAIS 20
3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS 21

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 22

4.1. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DO PPI 22

5. COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS 27

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Organograma institucional 7
Figura 2: Organograma Secretaria Especial do PPI 8
Figura 3: Interlocutores do PPI 9
Figura 4: Visão geral da atuação da Secretaria Especial do PPI 10
Figura 5: Etapas de planejamento e seleção dos projetos do PPI 11
Figura 6: Timeline para os projetos qualificados no PPI 12
Figura 7: Iniciativas aprovadas pelo PPI em 2025 13
Figura 8: Projetos leiloados e contratados em 2025 14
Figura 9: Emissões de Debêntures Incentivadas. Dashboard Boletim de Debêntures Incentivadas e de Infraestrutura 18
Figura 10: Projetos qualificados em andamento 19

MENSAGEM DO SECRETÁRIO ESPECIAL DO PPI

No cenário atual, em que a cooperação entre o poder público e o setor privado se torna cada vez mais relevante para impulsionar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento sustentável, o Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República - PPI reafirma seu papel como um acelerador da modernização da infraestrutura brasileira.

O PPI tem trabalhado para fortalecer o ambiente institucional e criar condições para que investimentos estratégicos encontrem no Brasil um terreno seguro, transparente e competitivo.

Nos últimos anos, avançamos de forma consistente em diversas frentes. Atuamos para ampliar a atração de investimentos, incentivar a capacitação de gestores públicos, aproximar o governo federal dos estados e municípios e fortalecer medidas institucionais para a estruturação de projetos e ampliação de investimentos. Seguimos comprometidos com a nossa missão de aumentar a capacidade do país de entregar infraestrutura de qualidade e melhorar a prestação de serviços à população.

O ano de 2025 foi particularmente intenso e representou um marco importante para o Programa. Entre 2023 e 2025, alcançamos 112 empreendimentos de infraestrutura com leilões realizados ou com contratos assinados, totalizando aproximadamente R$ 295 bilhões em investimentos contratados, contemplando não apenas os projetos federais, como também de estados e municípios, distribuídos em diversos setores estratégicos para o país.

Ao analisar a evolução recente do programa, podemos destacar os resultados obtidos em 2025, pelo volume de investimentos contratados, com destaque para o setor rodoviário, assim como pela ampliação do número de investidores e operadores em diferentes segmentos.

Esse movimento reforça a confiança do setor privado no ambiente de investimentos brasileiro e demonstra a maturidade institucional alcançada pelo país na condução de projetos de parceria.

Também avançamos de maneira significativa na agenda regulatória e institucional. Entre as medidas adotadas, destacamos:

- A criação das debêntures de infraestrutura e o aprimoramento das debêntures incentivadas, ampliando as fontes de financiamento para projetos de longo prazo;
- A aprovação do Projeto de Lei de Concessões na Câmara dos Deputados, atualmente em tramitação no Senado Federal;
- A instituição do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS, um novo instrumento de suporte às concessões e PPPs;

- O fortalecimento dos mecanismos de preparação e garantia de projetos de concessões e PPPs, voltados à qualificação técnica das modelagens e segurança dos contratos; e

- A inclusão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de dispositivo destinado a resguardar investimentos e despesas relacionadas às PPPs em cenários de contingenciamento.

Essas medidas contribuem para dar mais previsibilidade, segurança jurídica e sustentabilidade fiscal às parcerias firmadas pelo Estado brasileiro.

Atualmente, a carteira do Programa reúne mais de 200 projetos federais e subnacionais, distribuídos em diversos setores, com destaque para as iniciativas previstas nos segmentos rodoviário e ferroviário.

Em relação aos projetos de estados e municípios apoiados pelo PPI, também registramos avanços importantes. Hoje contamos com 70 projetos estruturados com apoio federal, abrangendo iniciativas em resíduos sólidos urbanos, geração distribuída, conectividade digital, soluções para cidades inteligentes e mobilidade urbana.

Essas iniciativas demonstram que o desenvolvimento da infraestrutura não é apenas uma agenda federal. Trata-se de uma agenda nacional, que demanda a cooperação entre União, estados, municípios e setor privado.

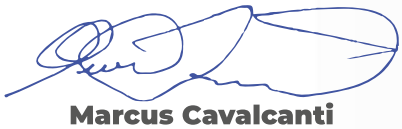
Nesse contexto, realizamos em Brasília o Primeiro Seminário Nacional de PPPs e Concessões, em parceria com o Banco do Brasil e a Apex Brasil. O encontro reuniu mais de 500 gestores públicos de todos os estados brasileiros, consolidando-se como um espaço de troca de experiências, capacitação e fortalecimento institucional.

Entre os projetos em estudo, cabe destacar as iniciativas na área da infraestrutura social, como a estruturação do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS), da Bio-Manguinhos/Fiocruz, que permitirá a construção de 28 novos prédios e ampliará significativamente a capacidade nacional de produção de vacinas e biofármacos, com expectativa de 120 milhões de frascos por ano.

A ampliação dos investimentos em parceria com a iniciativa privada está promovendo a modernização e ampliação de capacidade da infraestrutura nacional, pilar fundamental para o desenvolvimento do país, atendendo à crescente demanda por melhorias em setores essenciais como energia, transportes, mobilidade, habitação, infraestrutura social e urbana.

Nosso compromisso permanece o mesmo desde a criação do Programa: fortalecer o ambiente de investimentos, ampliar a qualidade da infraestrutura brasileira e, sobretudo, promover melhores serviços e qualidade de vida para todos os brasileiros.

Muito obrigado.



Marcus Cavalcanti
Secretário Especial da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República

1. AÇÕES DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS EM 2025

O Governo reforça o seu compromisso contínuo em atrair investimentos estratégicos e alavancar o potencial do Brasil em diversos setores-chave.

Dessa forma, o Programa e Parcerias de Investimentos está atuando em diversas frentes, incluindo a atração de investimentos, o incentivo à capacitação, a aproximação com os representantes dos estados e municípios, bem como o fomento aos mecanismos de proteção e estruturação de projetos em prol do desenvolvimento nacional.

O ano de 2025 foi intenso e de muitas conquistas. Trabalhamos para promover o fortalecimento das agendas de concessões em todo o país, tornando o mercado brasileiro mais competitivo e dinâmico, de modo que a tomada de decisão sobre as parcerias com o Poder Público seja atrativa para todas as partes.

O PPI consolidou entregas relevantes em diferentes frentes, com a realização de leilões e a contratação de bilhões em investimentos em setores estratégicos como energia, rodovias, portos, saneamento e iluminação pública. Destacam-se a ampliação da carteira de projetos, incluindo iniciativas voltadas à sustentabilidade, à modernização dos serviços urbanos e ao fortalecimento da infraestrutura logística nacional, com impactos diretos na competitividade do país e na qualidade de vida da população.

Este trabalho foi coroado com a celebração do primeiro Seminário Nacional de PPPs e Concessões, realizado em Brasília, em parceria com o Banco do Brasil e a Apex Brasil. O encontro reuniu mais de 500 gestores de todos os estados do país.

Nosso compromisso, portanto, continua sendo o de promover melhorias no ambiente institucional para ampliação dos investimentos, buscando favorecer parcerias com o setor privado direcionadas ao desenvolvimento da infraestrutura nacional, priorizando ações de melhoria dos serviços públicos.

1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A lei que instituiu o PPI criou, na Administração Federal, duas estruturas: o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – CPPI e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – SEPPI. Neste sentido, o Decreto nº 8.791, de 29 de junho de 2016, dispôs sobre o Conselho do PPI e aprovou, originalmente, a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SEPPI, à época denominada de Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Com o advento da Secretaria- Geral da Presidência da República (inicialmente pela edição da Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, posteriormente revogada pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, a qual foi convertida na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017), houve a publicação do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que aprovou uma nova estrutura regimental e quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Secretaria Especial do PPI.

Desde então, toda a estrutura do PPI foi transferida, em 2019 para a Secretaria de Governo da Presidência da República (Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019). Posteriormente, ainda em 2019, para a Casa Civil também da Presidência da República (Lei nº 13.901, de 11 de novembro de 2019). No ano seguinte, a estrutura foi transferida para o Ministério da Economia por meio do Decreto Presidencial nº 10.218, de 30 de janeiro de 2020. Por fim, em 2023, a Secretaria do PPI retornou à Casa Civil no dia 1º de janeiro de 2023 por meio da Medida Provisória nº 11.329/2023.

1.1.1. CONSELHO DO PPI

O Conselho é o órgão colegiado composto por diferentes lideranças do Governo Federal que possuem relação com o investimento privado em infraestrutura e que avalia e recomenda ao Presidente da República os projetos que integrarão o PPI, decidindo, ainda, sobre temas relacionados à execução dos contratos de parcerias e desestatizações, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei 13.334, de 2016, ao exercer as atribuições do Órgão Gestor de Parcerias Público-Privadas federais (Lei nº 11.079, de 2004), do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT (Lei nº 10.233, de 2001) e do Conselho Nacional de Desestatização – CND (Lei nº 9.491, de 1997).

Assim, cabe ao CPPI aprovar os projetos apresentados pelos ministérios setoriais para integrarem o Programa. Uma vez qualificados no Programa, os empreendimentos são tratados como prioridade nacional. Os órgãos e as entidades envolvidas atuam para que os processos e atos necessários à estruturação, liberação e execução do projeto ocorram de forma célere, eficiente e transparente, tendo como premissas a estabilidade, a segurança jurídica, a previsibilidade e a efetividade das políticas de investimento.

Muito embora tenha competência para opinar pela qualificação de empreendimentos no Programa, o CPPI não substitui os Ministérios e as Agências Reguladoras em suas competências legais sobre a realização dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, ambiental e jurídica, bem como sobre a construção das minutas de edital e contrato aplicadas a cada empreendimento.

Em 2023, com a edição do Decreto n. 11.421 de 10 de fevereiro de 2023, a composição do Conselho foi alterada:

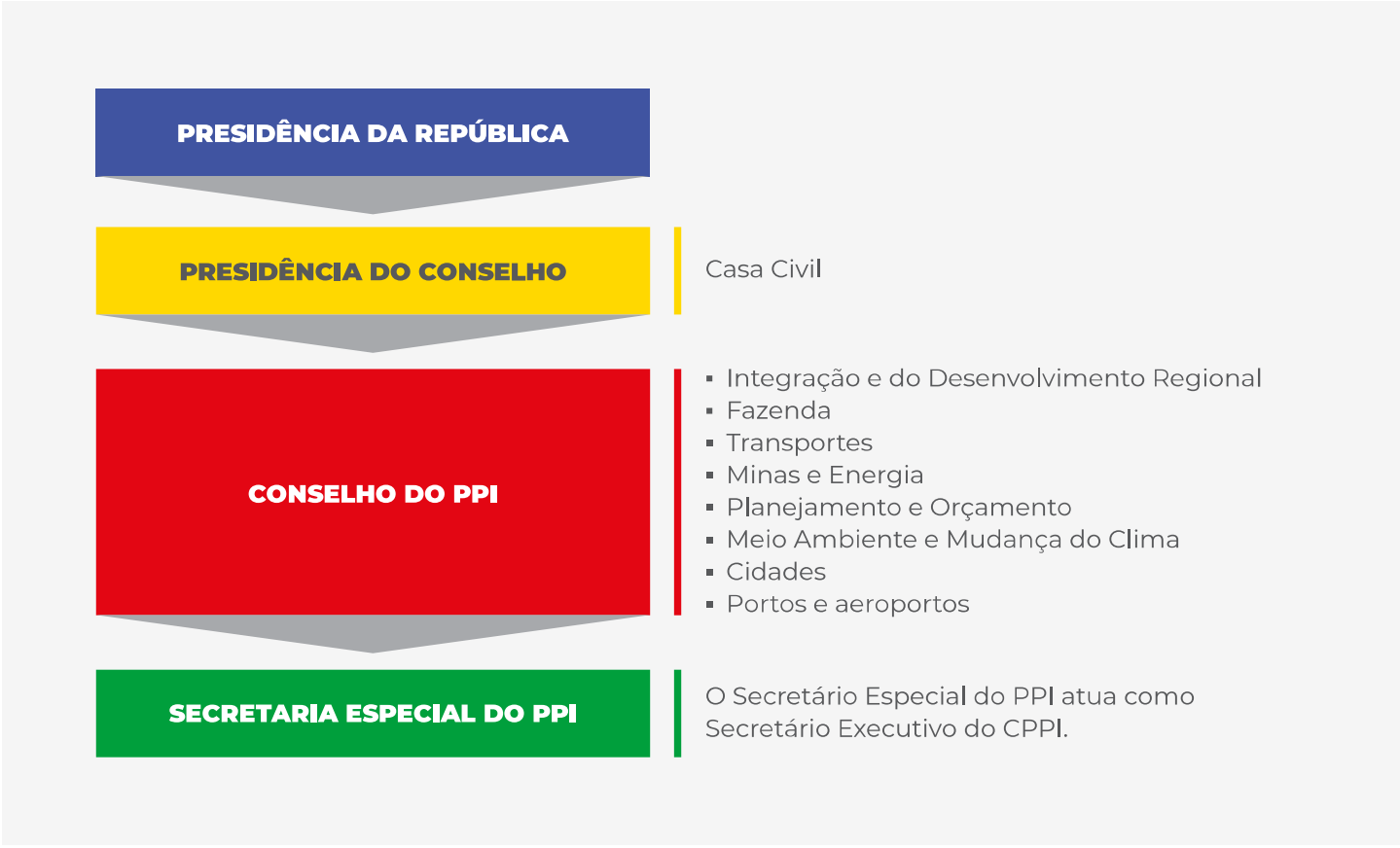


Figura 1: Organograma institucional

1.1.2. SECRETARIA ESPECIAL DO PPI

A SEPPI é um órgão vinculado à Casa Civil da Presidência da República, conforme a Lei 13.334 de 13 de setembro de 2016 e o Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023. Seu trabalho é desenvolver a coordenação, o monitoramento, a avaliação e a supervisão de projetos e atuar em apoio aos Ministérios e às Agências Reguladoras para a execução das atividades do Programa, além de coordenar e secretariar as reuniões do Conselho.

O suporte dado, contudo, preserva as competências políticas e regulatórias desses órgãos/entidades. A estrutura organizacional da Secretaria Especial do PPI está fundamentada na Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016, e no Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023. Para atingir seus objetivos e alcançar os tão esperados resultados, a Secretaria Especial do PPI vem buscando estimular os investimentos privados por meio de aprimoramento jurídico-regulatório, implementação de melhorias significativas nos processos de governança, na qualidade dos projetos apresentados e na estruturação dos investimentos.

A Secretaria também atua sobre os pilares de transparência e constante articulação junto aos envolvidos, investidores nacionais e internacionais.



Figura 2: Organograma Secretaria Especial do PPI

A estrutura organizacional da Secretaria Especial do PPI está fundamentada na Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016, e no Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023.

1.2. ATUAÇÃO DO PPI

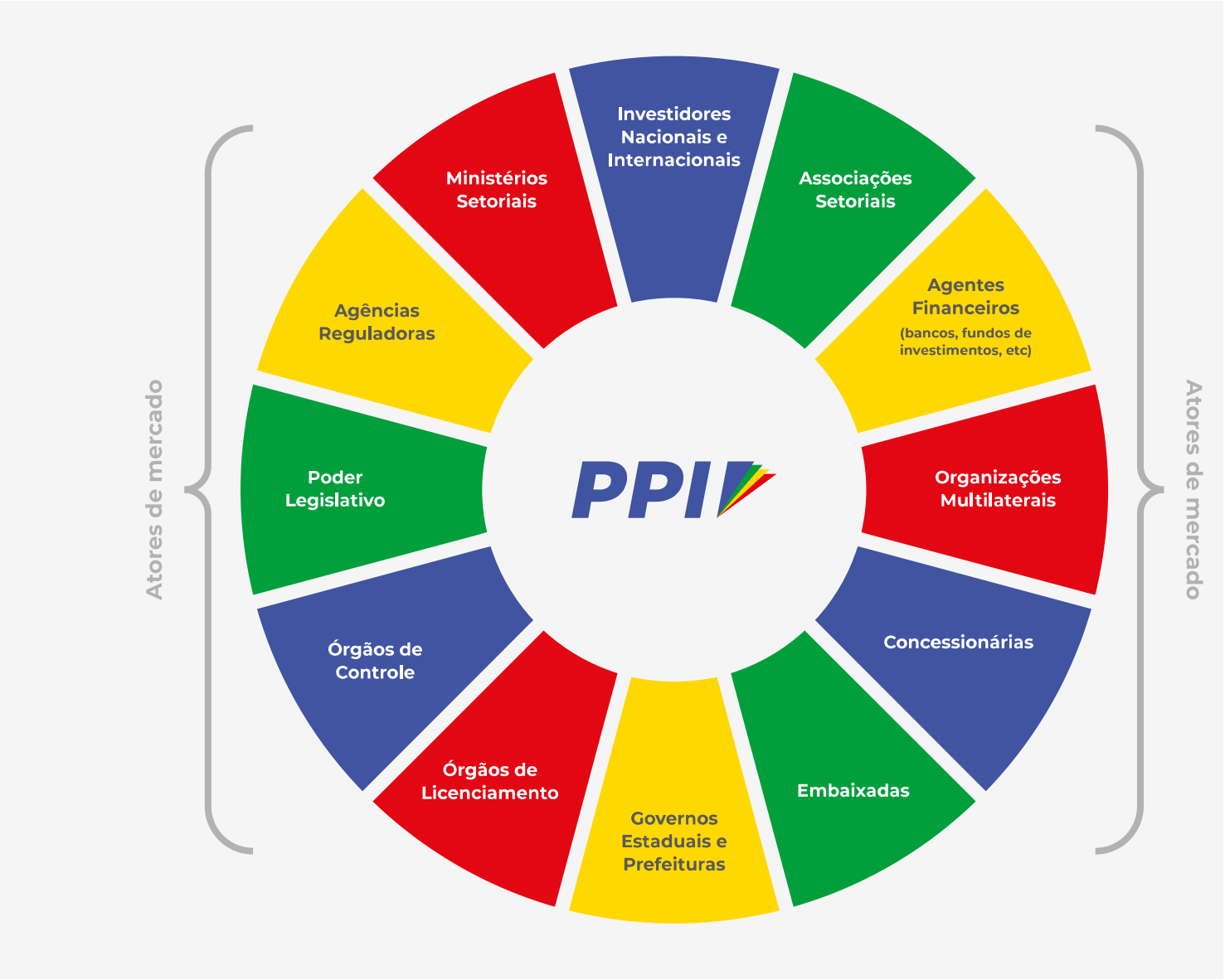


Figura 3: Interlocutores do PPI

Conforme apresentado anteriormente, esta Secretaria Especial é um órgão de coordenação, monitoramento, avaliação e supervisão, que atua em apoio aos Ministérios e às Agências Reguladoras para a execução de suas atividades. A estruturação dos projetos que integrem ou que venham a integrar a carteira do PPI continua sendo atribuição do respectivo órgão ou entidade competente, não cabendo a esta Secretaria ou ao Conselho do PPI.

A Secretaria Especial do PPI mantém diálogo aberto e permanente com diversos agentes públicos setoriais, órgãos de controle e com o mercado, partindo do pressuposto de que não é possível alavancar e aprimorar o processo de contratação de infraestrutura sem essa interlocução.

As atuações do Conselho do PPI e da própria Secretaria Especial são pautadas na identificação, priorização, coordenação e oferta de empreendimentos e projetos de infraestrutura economicamente viáveis e atrativos para a iniciativa privada, que possibilitem a prestação de serviços públicos melhores e mais eficientes para a população.

Em linhas gerais, a atuação do PPI ocorre da seguinte maneira: na função de poder concedente, cabe ao Ministério setorial ou órgão competente a formulação da política setorial, o planejamento e a tomada de decisão sobre os empreendimentos a serem submetidos à apreciação do Conselho do PPI. Por sua vez, o Conselho do PPI deve monitorar e acompanhar o desenvolvimento das etapas dos projetos qualificados no Programa, competência exercida com apoio desta Secretaria Especial.

Nesse contexto, a execução de atividades como a realização dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, ambiental e jurídica e a construção das minutas de edital e contrato aplicadas a cada empreendimento (ou seja, todo o processo de contratação do empreendimento incluído no Programa), bem como o acompanhamento e execução dos contratos são de responsabilidade do órgão setorial competente, seja o Ministério ou as agências reguladoras, conforme determinação legal aplicada.

Abaixo, são detalhadas as etapas e a dinâmica de atuação da Secretaria:



Figura 4: Visão geral da atuação da Secretaria Especial do PPI

Como pode ser observado na figura acima, o planejamento da qualificação passa pelas etapas de preparação, consulta jurídica e reunião do Conselho do PPI. A seleção dos projetos materializa-se com as reuniões ordinárias do Conselho, nas quais são deliberadas as qualificações dos empreendimentos prioritários, bem como aprovadas as medidas que decorrem do exercício de suas atribuições como órgão gestor de Parcerias Público-Privadas federais (Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004), Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001) e Conselho Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997). Na gestão dos projetos qualificados, considera-se a agenda de coordenação, monitoramento e articulação com Ministérios, entidades vinculadas e potenciais interessados nos projetos qualificados no PPI, como concessionárias, investidores e grupos organizados da sociedade.

A seleção dos projetos a serem qualificados se traduz em dois momentos: “Planejamento e Seleção de Projetos no PPI”, que conjuga o planejamento da qualificação, e a seleção de projetos; e “Gestão dos Projetos Qualificados”. A figura a seguir ilustra, primeiramente, o primeiro passo “Planejamento e Seleção de Projetos no PPI”.

Na etapa de preparação, conta-se com a comunicação prévia da Secretaria Especial do PPI com o objetivo de prospectar projetos em execução ou a serem executados por meio de contratos de parceria celebrados pela administração pública direta e indireta da União.

O Ministério setorial define, em conjunto com as instituições vinculadas, os projetos que visa apresentar. Em resposta à provocação da Secretaria Especial do PPI, é encaminhado um conjunto de documentos informativos, incluindo características do projeto, aspectos regulatórios, prazos e minuta de resolução. Tais documentos são avaliados por esta Secretaria e, posteriormente, submetidos à apreciação do Conselho do PPI. O resultado da Reunião do Conselho, ao aprovar um projeto, é a expedição de Resolução específica sobre o tema, que será enviada à Presidência da República, recomendando a publicação de um Decreto Presidencial.

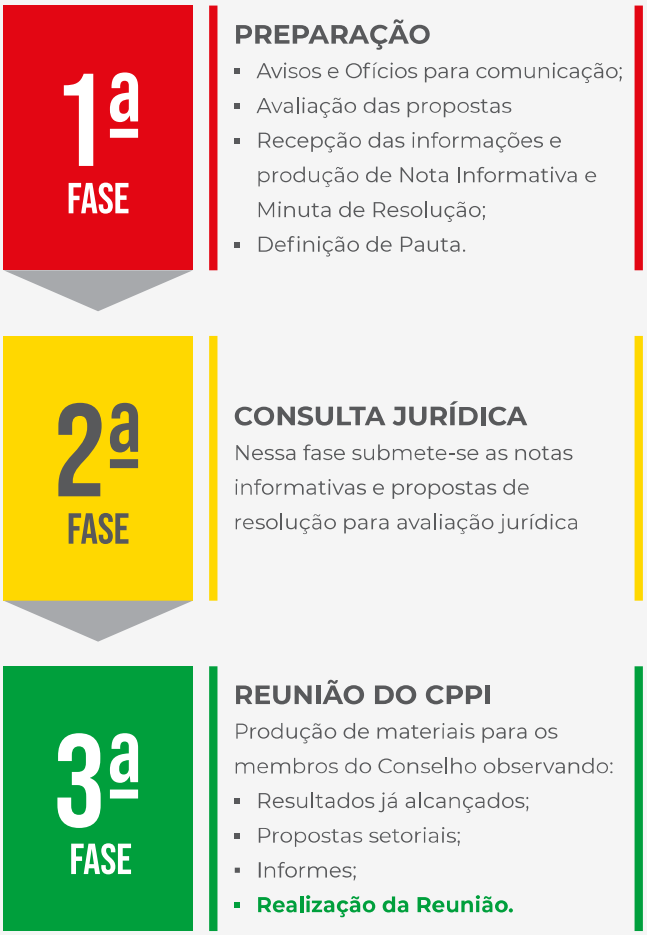


Figura 5: Etapas de planejamento e seleção dos projetos do PPI

No passo seguinte, na chamada "Gestão dos Projetos Qualificados", ocorrerá coordenação, monitoramento e avaliação dos projetos. Em linhas gerais, todos os projetos passam a ter um cronograma semelhante a ser percorrido, conforme ilustrado a seguir:

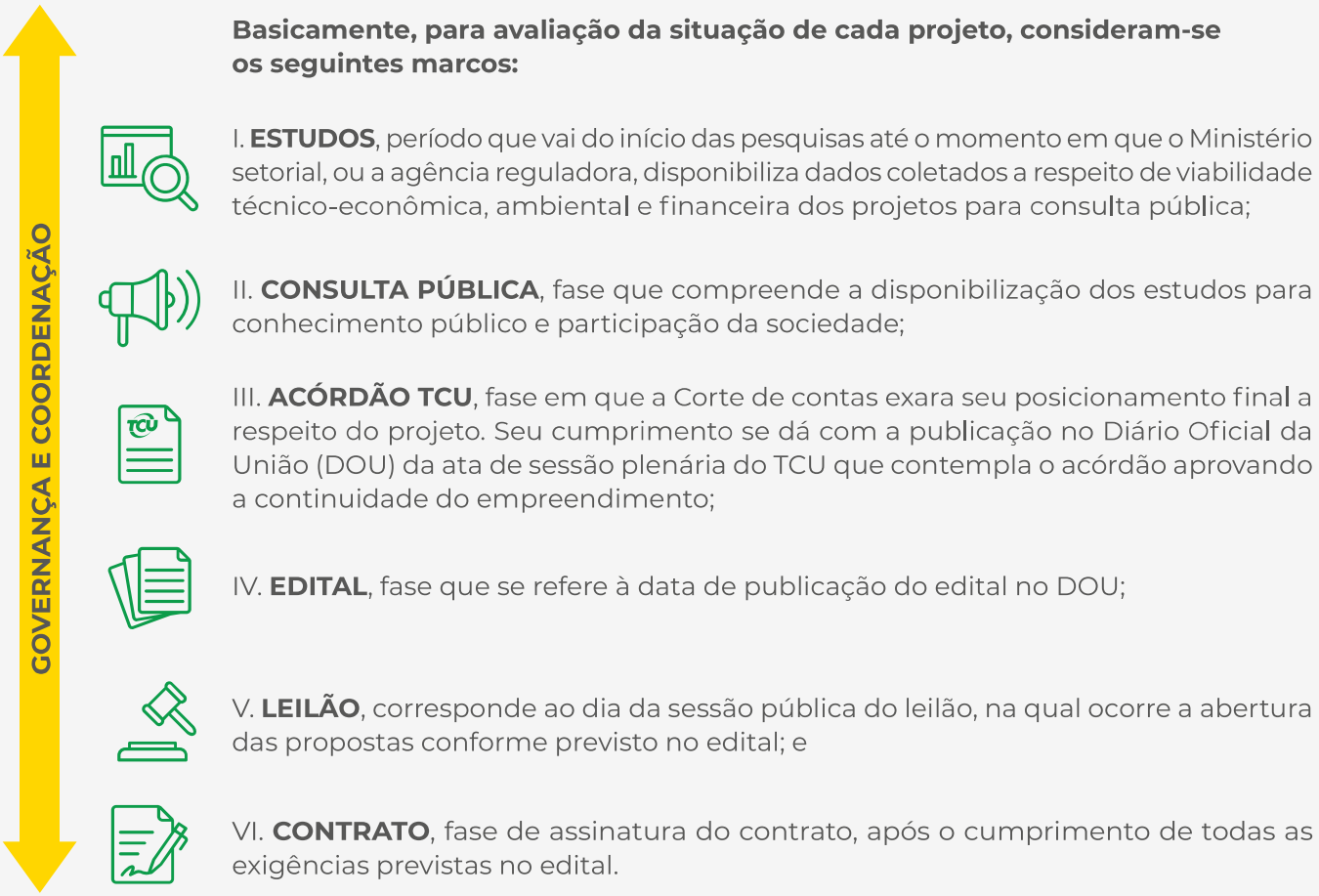


Figura 6: Timeline para os projetos qualificados no PPI

Ainda como parte da fase de "Gestão dos Projetos Qualificados", as Secretarias do PPI atuam para viabilizar o diálogo com atores relevantes do mercado de infraestrutura, entre investidores, agentes financeiros e representantes da sociedade civil. Esse trabalho ocorre de modo transversal, com o objetivo de fazer com que os projetos possam alcançar um número cada vez maior de interessados. Como contrapartida, o Governo Federal recebe contribuições, percepções e críticas de atores que venham a participar dos empreendimentos ou que por ele possam ser afetados.

Segundo a Resolução CPPI nº 1, que estabelece as diretrizes gerais e estratégicas a serem adotadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal no processo de qualificação de empreendimentos no Programa de Parcerias de Investimentos, compete ainda ao Conselho do PPI o papel de dirimir eventuais conflitos entre os órgãos envolvidos, sem prejuízo de outras competências atribuídas em lei.

Não menos importante, em observância às diretrizes estabelecidas pelo Conselho do PPI, as consultas públicas relativas aos projetos são efetivamente utilizadas para sanar dúvidas e colher sugestões, aprimorando-os e exercendo, assim, o papel de interação, de diálogo e de transparência com a sociedade.

2. CARTEIRA DO PROGRAMA

2.1. INICIATIVAS APROVADAS PELO PPI EM 2025

Ao longo de 2025, foram realizadas 45 entregas, entre leilões e contratos, que juntos representam um potencial de investimento de R$ 137,7 bilhões para a infraestrutura nacional. Em 2024, havia sido registrado o montante de R$ 90,9 bilhões, ou seja, houve um aumento relevante em relação ao ano anterior. Esse resultado reafirma o compromisso do Governo Federal em promover a expansão da infraestrutura, atraindo investimentos privados e garantindo mais desenvolvimento para o país.

Essas entregas se estendem por diversos setores, indo além das áreas tradicionais, como energia e transportes. O programa continua avançando no apoio a governos subnacionais, fomentando concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP) em setores estratégicos de infraestrutura social, fundamentais para o bem-estar da população.

Em 2025, foram leiloados ativos relevantes da infraestrutura brasileira, que destacaremos a seguir. Vale ressaltar, em especial, o expressivo avanço das concessões rodoviárias: leilões realizados em rotas de escoamento fundamentais para o desenvolvimento de setores estratégicos, como o agronegócio. As estradas do país tornam-se, a cada dia, mais acessíveis, sustentáveis e dinâmicas.

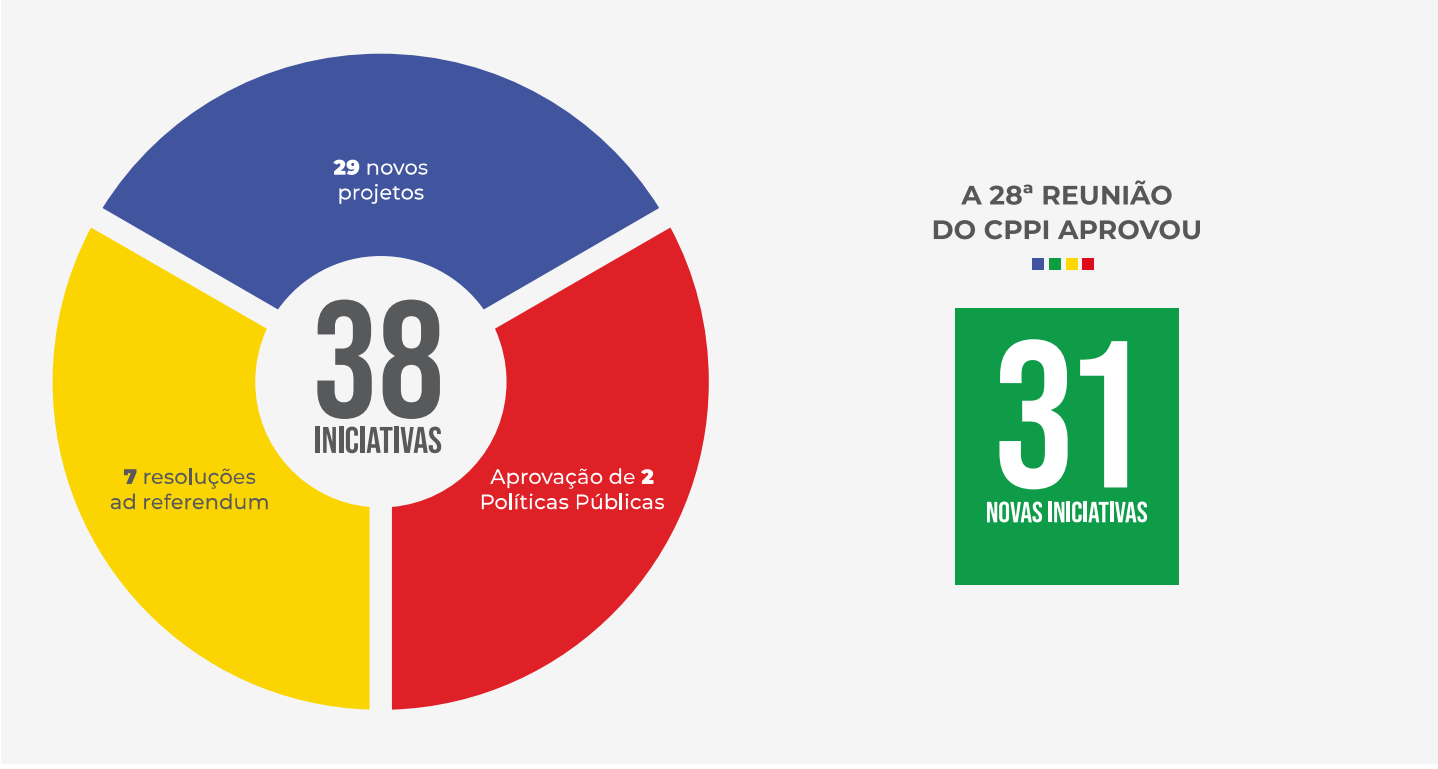


Figura 7: Iniciativas aprovadas pelo PPI em 2025

Outro ponto que merece destaque é o volume de leilões no setor de saneamento (quatro lotes no Pará e dois em Pernambuco), cumprindo o papel do Governo Federal em fomentar e viabilizar as metas de universalização do saneamento até 2033.

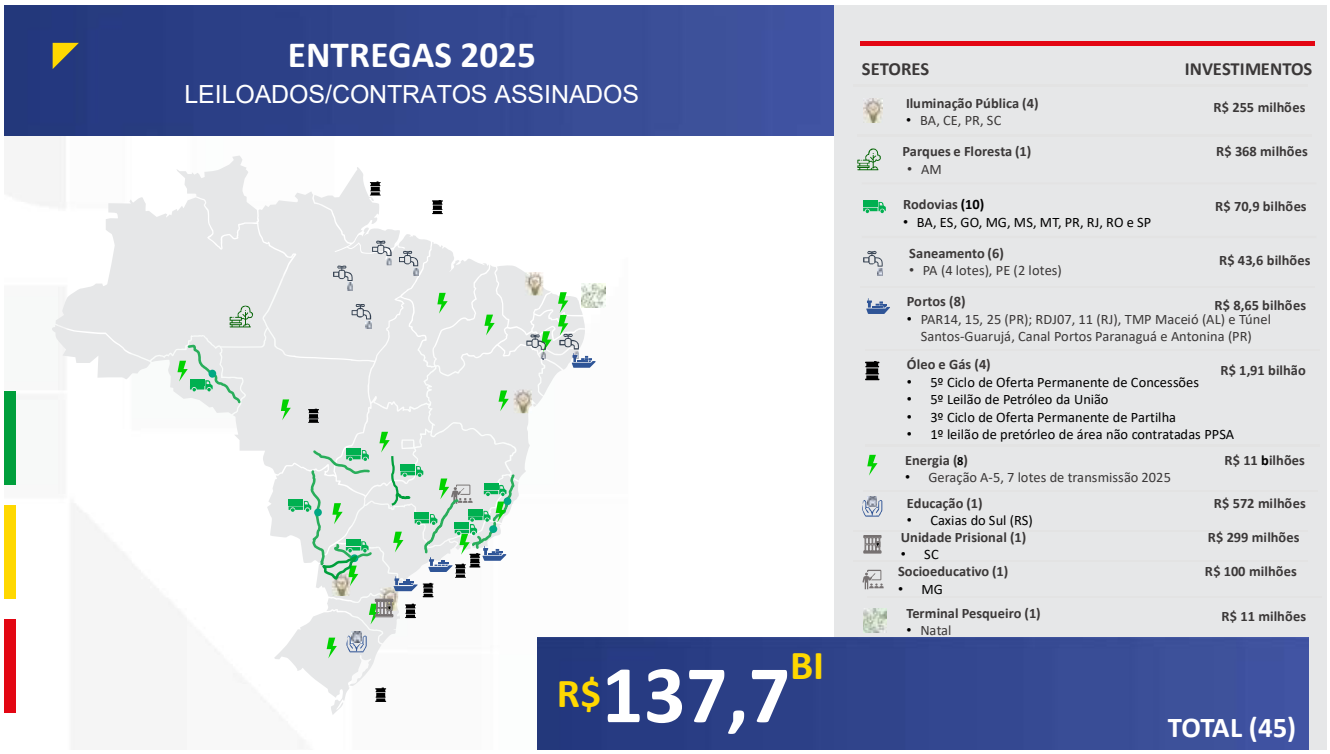


Figura 8: Projetos leiloados e contratados em 2025

Em 2025, o PPI continuou a expandir seu portfólio de projetos, avançando para além dos setores tradicionais, como energia e transportes. O programa fortaleceu de maneira significativa a agenda de apoio a governos estaduais e municipais, promovendo concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) em áreas estratégicas da infraestrutura urbana e do desenvolvimento social e econômico. As iniciativas passaram a contemplar, de forma integrada, projetos voltados à preservação ambiental, ao ecoturismo, à segurança hídrica e à modernização dos serviços urbanos, incluindo mobilidade, iluminação pública e gestão de resíduos sólidos, com impacto direto no cotidiano de milhões de brasileiros em diferentes regiões do país. Em destaque:

Manejo sustentável

A Floresta Nacional do Jatuarana, criada em 19 de fevereiro de 2002, é uma unidade de conservação federal gerida pelo ICMBio, com área aproximada de 569,43 mil hectares (ha), localizada no município de Apuí, sul do estado do Amazonas. Está situada na margem direita dos rios Madeira e Aripuanã, no interflúvio Madeira–Tapajós.

Essa foi a primeira concessão florestal localizada no Amazonas, estruturada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A concessão desses parques visa não apenas o fomento ao turismo sustentável, mas também a preservação ambiental. Essas áreas protegidas são de extrema importância para a biodiversidade nacional, e a parceria com o setor privado permite a manutenção e a melhoria das estruturas de visitação, promovendo o ecoturismo de maneira responsável.

Leilões de iluminação pública: foram realizados quatro leilões de concessão para modernização da iluminação pública em municípios, com um investimento total de R$ 255 milhões. Esses projetos irão beneficiar diretamente mais de 850 mil habitantes com serviços públicos de melhor qualidade, ao implementar modelos de iluminação mais eficientes no consumo de energia e com menor custo, reduzindo em 30% os custos do projeto para o poder público. São eles:

- **Maranguape/CE:** o projeto é o primeiro do tipo no Ceará financiado pelo Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) da Caixa. Ao longo dos 16 anos

de contrato, estão previstos investimentos que serão aplicados na modernização, operação, manutenção e expansão do parque de iluminação pública da cidade, que passará a contar com cerca de 16 mil pontos de luz.

- **Francisco Beltrão/PR:** estão contempladas a modernização e expansão de cerca de 16 mil pontos de iluminação, implantação de sistema de telegestão em vias principais, iluminação especial em 28 pontos turísticos e históricos e meta de eficientização energética superior a 60%.

- **Joinville/SC:** a concessão, que tem prazo de 22 anos, prevê a modernização, eficientização, expansão, gestão, operação e manutenção da rede municipal de iluminação. Com mais de 600 mil habitantes, Joinville conta com a maior população de Santa Catarina e é a terceira maior da região Sul do país. Estima-se que seu parque seja composto por cerca de 58 mil pontos de luz.

- **Santo Antônio de Jesus/BA:** Serão investidos mais de R$ 46 milhões ao longo dos 16 anos de vigência do contrato, que prevê a modernização e ampliação dos pontos de iluminação pública, resultando em maior eficiência energética, redução de custos e mais segurança para a população.

Essas iniciativas também fazem parte do Novo PAC, que tem como objetivo impulsionar investimentos em infraestrutura e serviços essenciais para melhorar a qualidade de vida da população. Ao incluir projetos de modernização da iluminação pública, o Novo PAC reforça seu compromisso com a eficiência energética, a redução de custos para os municípios e a promoção de ambientes urbanos mais seguros e sustentáveis. Os projetos que estão em fase de implantação e modernização da rede de iluminação pública totalizam R$ 1,95 bilhão e beneficiam 23 municípios brasileiros. Além dos 22 projetos de implantação, a carteira do subeixo também inclui 25 novos estudos, com valor total de R$ 68 milhões e que podem resultar em mais R$ 1 bilhão em novos investimentos, que beneficiarão mais 5,2 milhões de pessoas.

Leilões de geração de energia: o Leilão de Energia Nova A-5, realizado em agosto de 2025, bateu recorde histórico de participação. O certame movimentou R$ 5,5 bilhões em investimentos para viabilizar obras de 65 usinas hidrelétricas em 13 estados, com início de fornecimento previsto para 1º de janeiro de 2030, atendendo à demanda das distribuidoras no mercado regulado, que abastece consumidores residenciais e pequenas e médias empresas. O sucesso da operação garantirá um fornecimento seguro, previsível e com custos competitivos. O preço médio alcançado, de R$ 392,84/MWh, garantiu um deságio médio de 3,16%.

Rodovias

Em 2025, foram realizadas 10 concessões rodoviárias, totalizando R$ 70,9 bilhões em investimentos em rotas estratégicas para a produção agroindustrial e a mobilidade nacional. Esses projetos fortalecem corredores logísticos de alta relevância, reduzem gargalos e ampliam a competitividade das exportações, ao mesmo tempo em que oferecem mais segurança e qualidade para os usuários.

Entre os destaques, estão:

- **BR-364/RO (Rota Agro Norte):** 687 km concedidos, com investimentos de R$ 10,2 bilhões em obras e operação, reforçando a integração logística com a hidrovia do Rio Madeira.

- **BR-040/495/RJ/MG:** R$ 8,8 bilhões em melhorias, incluindo duplicações, túneis, faixas adicionais, ciclovias e a conclusão da Nova Subida da Serra.

- **BR-163/MS:** primeiro leilão de otimização rodoviária do país, prevendo R$ 16,59 bilhões em obras ao longo de 847 km essenciais ao escoamento agroindustrial do Mato Grosso do Sul

- **BR-101/ES/BA:** modernização de 479 km, com novos parâmetros de qualidade e atendimento ao usuário, beneficiando diretamente 26 municípios.

- **BR-060/364/GO/MT (Rota Agro):** R$ 7,3 bilhões para a transformação de 490 km de rodovias que conectam os polos agroindustriais do Centro-Oeste aos portos de exportação.

- **Rodovias Integradas do Paraná (lote 4):** o lote e 4 das Rodovias Integradas do Paraná é um grande projeto de concessão que envolve 627 km de rodovias (BRs e PRs) nas regiões Norte, Noroeste e Oeste, arrematado em leilão em

outubro de 2025 pela EPR, com investimento previsto de R$ 18 bilhões para duplicações, melhorias e modernização de corredores logísticos, incluindo a Rota do Café, ligando o Paraná ao MS e Paraguai.

- **Rodovias Integradas do Paraná (lote 5):** O Lote 5 das Rodovias Integradas do Paraná é um projeto de concessão que abrange 432,7 km de estradas nas regiões Oeste e Noroeste, conectando cidades como Maringá, Campo Mourão, Cascavel e Guaíra, e foi arrematado pelo Grupo Pátria, com investimentos previstos de cerca de R$ 11 bilhões em duplicações, vias marginais e melhorias para escoamento da produção, com obras focadas nos anos 3° ao 7° do contrato, gerando mais de 90 mil empregos e incluindo cinco praças de pedágio.

- **BR-364/RO - CN5 - Rota Agro Norte:** A BR-364 se inicia no estado de São Paulo e se estende até o oeste do estado do Acre, passando, também, pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. São previstos investimentos de R$ 6,35 bilhões de CAPEX e R$ 3,88 bilhões de OPEX ao longo dos 30 anos de concessão, contemplando os acessos aos principais portos da região com ampliações de capacidade, manutenção da via e serviços operacionais.

- **BR-153/262/GO/MG - Rota Sertaneja:** A Rota Sertaneja abrange 530,3 quilômetros nas BRs 153 e 262, conectando 21 municípios entre Hidrolândia (GO) e Comendador Gomes (MG). O contrato prevê duplicação de quase 43 quilômetros, implantação de 4 quilômetros de contornos, 31,8 quilômetros de faixas adicionais, mais de 4, 94 quilômetros de marginais, 6 passarelas, 132 acessos, 146 pontos de ônibus e 5 passagens de fauna. São melhorias concretas que impactam diretamente o cotidiano de quem usa a rodovia, como motoristas, passageiros, idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores do agronegócio, da indústria, do comércio e dos serviços.

- **BR-381/MG/SP (Otimização Fernão Dias):** O trecho em questão, que conecta as regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte e abrange 569 km, representa cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e concentra 40% da arrecadação líquida de Minas Gerais e 31% do PIB paulista. A rodovia é essencial para o transporte de passageiros, cargas e integração econômica entre os dois estados, sendo peça-chave na logística nacional.

Terminais portuários

A concessão de oito terminais portuários nos portos do Paraná (PAR 14, 15 e 25) e do Rio de Janeiro (RDJ 11) figurou entre os principais destaques de 2025. Os empreendimentos são estratégicos para a movimentação de cargas e para o fortalecimento da logística nacional. Em sua maioria, os terminais serão destinados à armazenagem de granéis vegetais, enquanto o RDJ 11 terá papel central na movimentação e armazenagem de carga geral não conteinerizada, com destaque para produtos siderúrgicos.

No mesmo eixo de modernização da infraestrutura portuária, avançaram projetos estruturantes de acesso e apoio logístico. Entre eles, destaca-se o Canal de Acesso Aquaviário aos Portos de Paranaguá e Antonina (PR), principal via de acesso aos terminais da Baía de Paranaguá desde a década de 1970. O projeto, que surgiu a partir da necessidade de recepção de navios de maior porte, envolve a dragagem do Banco da Galheta e configura-se como o primeiro modelo de concessão da infraestrutura de acesso aquaviário de portos organizados no Brasil.

No Porto do Rio de Janeiro, o ano também foi marcado pela concessão do RDJ 07, terminal de apoio logístico offshore destinado à movimentação de cargas de suporte às atividades marítimas. O terminal foi arrematado pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras pelo valor de R$ 104 milhões, com previsão de investimentos de R$ 99,4 milhões ao longo dos 25 anos de contrato.

Já no Porto de Maceió (AL), foi realizada a concessão do Terminal de Passageiros (TMP), o primeiro terminal leiloado no período. O contrato prevê a administração da área por 25 anos e a implantação de infraestrutura complementar, incluindo estacionamento adjacente ao terminal, com investimentos estimados em R$ 3,7 milhões.

Além dos terminais, merece destaque a concessão de um ativo de grande relevância regional, fundamental para aprimorar o fluxo de mercadorias com destino ao Porto de Santos, maior porto da América Latina. Trata-se do Túnel Santos-Guarujá, qualificado no PPI e integrante da carteira de projetos do Novo PAC, que atraiu R$ 6,8 bilhões em investimentos em leilão realizado em parceria entre o Governo Federal e o Estado de São Paulo. O êxito dessa concessão reforça a confiança dos investidores no Brasil, que se consolida como uma janela estratégica de oportunidades, sustentada pela segurança jurídica, pela robustez da carteira de projetos e pelas diversas alternativas de crédito disponíveis no País.

Saneamento básico

Em 2025, foi realizado o leilão do Bloco C de saneamento no Pará, que prevê R$ 3,6 bilhões em investimentos e R$ 6 bilhões em despesas operacionais ao longo de 40 anos de contrato. O projeto contempla 27 municípios do Baixo Amazonas e do sudoeste do estado, e tem como metas universalizar o acesso à água para 99% da população até 2033, reduzir as perdas de água para 25% e ampliar a cobertura de esgoto para 90% até 2039.

O investimento previsto para o Bloco C soma-se aos R$ 15,2 bilhões já assegurados nos Blocos A, B e D, alcançando um total de R$ 18,8 bilhões em capital privado mobilizado para o saneamento no estado. A iniciativa vai beneficiar aproximadamente 800 mil pessoas, melhorando a saúde pública, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável na região.

Também foi realizado o leilão de dois blocos em Pernambuco, que juntos atendem 174 municípios. O projeto prevê investimentos de R$ 19 bilhões e beneficiará mais de 9,5 milhões de pessoas. Atualmente, Pernambuco apresenta índices de 86% de atendimento de água e 34,2% de atendimento de esgotamento sanitário, o projeto prevê a ampliação do acesso à água para 99% da população e a expansão da cobertura de esgotamento sanitário para 90%.

Resíduos sólidos urbanos

Na área de resíduos sólidos urbanos, o PPI atuou em parceria com diversos consórcios públicos intermunicipais e de governos estaduais, estruturando projetos que contemplam estados como Goiás, Amapá, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Esses projetos encontram-se em diferentes estágios (edital, estudo e consulta pública) e visam implementar soluções sustentáveis para coleta, tratamento e destinação final dos resíduos, reduzindo impactos ambientais.

Medidas institucionais e propostas em tramitação no Congresso Nacional

O Novo PAC estabeleceu um conjunto estratégico de medidas institucionais que desempenham um papel crucial na promoção de investimentos públicos e privados de forma contínua no Brasil. As medidas diretamente ligadas à incumbência do PPI abrangem iniciativas voltadas à simplificação de processos burocráticos e ao aprimoramento dos mecanismos de concessão e PPPs.

Muitas dessas ações já foram aprovadas e algumas delas estão em tramitação no Congresso Nacional, sendo essenciais para impulsionar o crescimento econômico. Um exemplo deste fato, é o trabalho contínuo para fortalecer o marco regulatório das concessões e PPPs. A aprovação do PL nº 2.373/2025 na Câmara dos Deputados, atualmente em tramitação no Senado Federal, é um passo fundamental para consolidar um arcabouço normativo robusto, essencial para viabilizar projetos em áreas estratégicas. A estruturação de um ambiente regulatório claro e previsível é vital para atrair investimentos privados e garantir a prestação de serviços públicos de qualidade.

Adicionalmente, a aprovação da política de garantias do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) foi uma inovação promovida que contou com a atuação do PPI e se alinha diretamente com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios para concessões e PPPs no país. O fundo tem como foco a promoção de desenvolvimento regional e a redução das desigualdades, priorizando as regiões menos desenvolvidas. O

FDIRS exemplifica o compromisso com a inovação financeira e com o incentivo à participação do setor privado em projetos de impacto social e econômico.

Por fim, a regulamentação da emissão das debêntures de infraestrutura, que são mais uma ferramenta essencial que complementa as debêntures incentivadas e amplia as fontes de financiamento para o setor. Essa iniciativa não só diversifica as opções de captação de recursos, mas também atrai investidores internacionais e institucionais, fortalecendo a capacidade do Brasil de financiar projetos de longo prazo e de grande escala, cruciais para a competitividade e desenvolvimento sustentável.

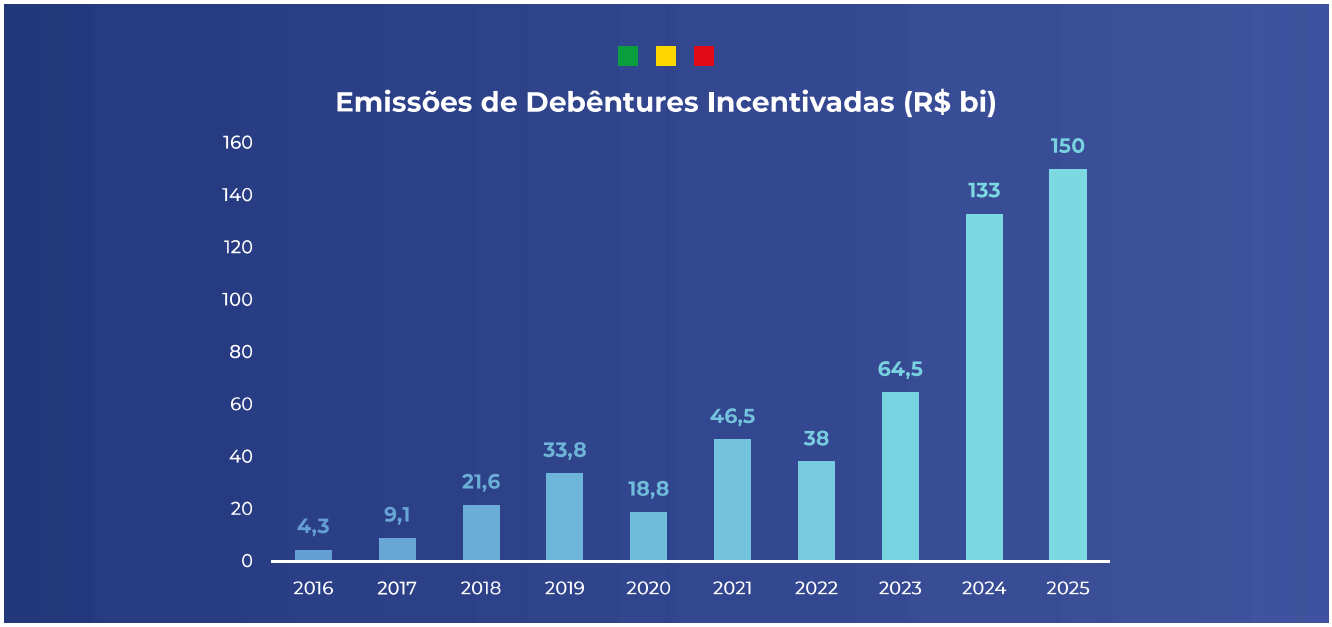


Figura 9: Emissões de Debêntures Incentivadas. Dashboard Boletim de Debêntures Incentivadas e de Infraestrutura. ANBIMA, 2025

3. PROJETOS DO PPI EM ANDAMENTO E PERSPECTIVA PARA 2026

3.1. PROJETOS FEDERAIS

Com base nos resultados expressivos de 2025, o PPI se prepara para um novo ciclo de expansão em 2026. Atualmente, a carteira de projetos conta com 213 projetos, que juntos somam R$ 303 bilhões em investimentos previstos.

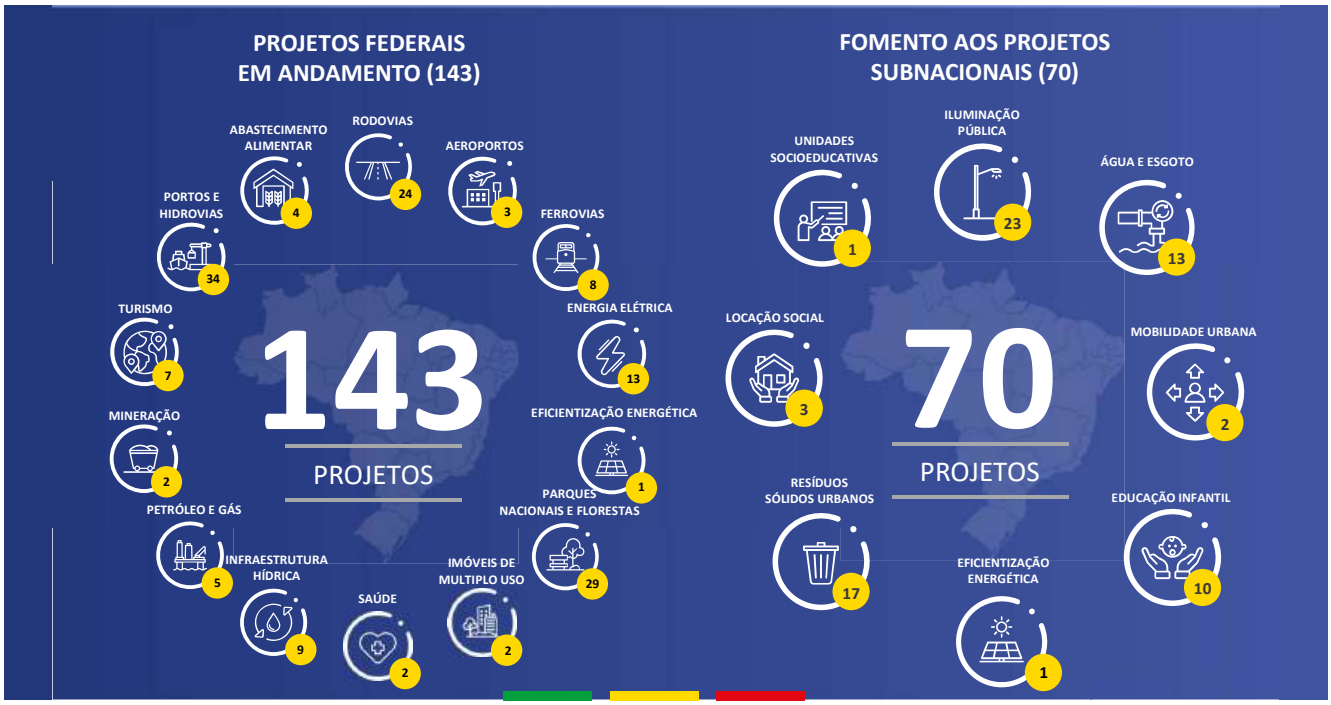


Figura 10: Projetos qualificados em andamento

No setor de transportes, estão previstos leilões de rodovias em diversas regiões do país, com foco na ampliação da capacidade logística, na melhoria da segurança viária e no aumento da eficiência dos corredores de escoamento da produção. Entre os projetos previstos, destacam-se três rotas estratégicas: a BR-163/MT/PA (Rota Arco Norte – Otimização), fundamental para o escoamento da produção do Centro-Oeste em direção aos portos do Arco Norte; a BR-060/153/DF/GO (Rota do Pequi), eixo relevante para a integração regional e para a circulação de cargas e passageiros no Centro-Oeste; e a BR-116/392/RS (Rota Portuária do Sul), importante corredor logístico para a conexão com áreas produtivas e portos estratégicos da Região Sul. O desenvolvimento dessas rodovias contribuirá para reduzir custos logísticos, ampliar a confiabilidade do transporte, fortalecer a competitividade de setores produtivos e promover maior integração entre os mercados internos e externos.

Ademais, os projetos demonstram o compromisso do Governo Federal em impulsionar o desenvolvimento nacional, levando investimentos privados e melhorias estruturais para todas as regiões do país.

O PPI também tem incorporado a sustentabilidade e a inovação como eixos prioritários na estruturação dos projetos. Estão em andamento os leilões de energia limpa, concessões de parques e florestas e novas parcerias PPPs voltadas à infraestrutura social, com foco na redução do impacto ambiental e na promoção da descarbonização, temas alinhados à COP 30. Os resultados acumulados ao longo de

2025 evidenciam que o programa contribui para a modernização dos serviços públicos e para a criação de oportunidades em todas as regiões do país.

A carteira de investimentos nos setores portuário, hidroviário, ferroviário e de energia segue como um dos principais destaques do portfólio do Programa de Parcerias de Investimentos. No segmento portuário e hidroviário, estão previstos novos projetos voltados à ampliação da capacidade logística, à modernização da infraestrutura e ao aumento da eficiência operacional em diferentes regiões do país. Entre os empreendimentos contemplados, destacam-se terminais portuários estratégicos nos portos de Santos/SP, Natal/RN, Santana/AP, Itaqui/MA, Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Rio Grande/RS, Imbituba/SC, São Sebastião/SP e Suape/PE, além da Hidrovia de Lagoa Mirim, da concessão parcial do Porto da Bahia e de projetos voltados aos canais de acesso dos portos de Itajaí/SC, Santos/SP e Rio Grande/RS. Esses investimentos contribuirão para o fortalecimento da infraestrutura logística nacional, com impactos positivos sobre a competitividade, a integração regional e a geração de emprego e renda.

No setor ferroviário, os projetos previstos reforçam o compromisso do Governo Federal com a expansão da malha, a melhoria da conectividade e a diversificação dos modais de transporte de cargas. Entre os empreendimentos estruturantes, destacam-se o Corredor Leste-Oeste, a Ferrogrão (EF-170), o Anel Ferroviário Sudeste (EF-118), o Corredor Minas-Rio, a Malha Oeste (SP/MS) e os projetos da Malha Sul, com foco nos corredores Paraná–Santa Catarina, Rio Grande e Mercosul. A implantação e a estruturação desses projetos deverão ampliar a eficiência logística, estimular investimentos produtivos ao longo de seus trajetos, reduzir custos de transporte de longa distância e fortalecer a inserção competitiva do Brasil nos mercados nacional e internacional.

Nos setores de energia, a carteira contempla projetos destinados ao fortalecimento da segurança energética, da expansão da oferta e da modernização da infraestrutura do sistema elétrico. Estão previstos dois Leilões de Reserva de Capacidade na forma de Potência, dois Leilões de Transmissão em 2026 e o Leilão de Reserva de Capacidade na modalidade de Armazenamento, iniciativa relevante para ampliar a flexibilidade e a resiliência do sistema elétrico nacional. Esses empreendimentos contribuirão para garantir maior confiabilidade ao suprimento de energia, criar condições para novos investimentos e apoiar o desenvolvimento econômico sustentável do país.



3.2. PROJETOS DE APOIO AOS GOVERNOS SUBNACIONAIS

Outra frente de trabalho do PPI é o apoio à estruturação de concessões e parcerias público-privadas de Estados e Municípios para a realização dos investimentos em infraestrutura urbana, necessários ao desenvolvimento dos entes subnacionais. O incentivo a parcerias com o setor privado tem o potencial de promover o incremento da eficiência e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Atualmente, o Programa conta com 70 iniciativas de apoio aos entes subnacionais, via Caixa Econômica Federal (Fundo FEP) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que envolvem projetos em iluminação pública, saneamento (em todas as suas vertentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana), construção ou manutenção de creches, presídios, unidades socioeducativas, locação social e hospitais totalizando investimentos para toda a população brasileira. Os projetos encontram-se em diferentes estágios de maturação e beneficiarão diversos municípios e dez estados em todas as regiões do país.

3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS

São 17 políticas de fomento que integram a carteira do PPI, e têm por objetivo apoiar diversos setores e envolver o setor privado na execução das políticas federais de longo prazo. São elas: Política de Cabotagem (“BR do mar”): visa o estímulo ao transporte de cabotagem. Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIP: busca a abertura do mercado à concorrência. PPP de educação infantil: projetos em que o parceiro privado fica responsável, por meio do regime de concessão administrativa, por construir, reconstruir, gerenciar, operar, conservar e concluir obras/construção, equipamentos, manutenção e operação, com metas de qualidade de serviço nas unidades. PPP de Unidades Socioeducativas: qualificada para fins de elaboração de estudos das alternativas de parcerias com a iniciativa privada para a construção, a modernização e a operação de unidades socioeducativas. PPP de Presídios: buscam soluções alternativas que viabilizem a prestação do serviço público com maior eficiência, qualidade e efetiva ressocialização de presos por meio do trabalho e do estudo. Universalização do Saneamento e Manejo de Resíduos: apoio à coordenação do desenho da regionalização e estruturação de concessões regionais financiáveis que possibilitem a prestação de serviços adequados à população. PPP de Iluminação Pública: suporte ao aperfeiçoamento regulatório e estruturação de projetos para prestação dos serviços de iluminação pública, incluídos o desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da rede. Setor de Turismo - Programa Revive Brasil: política de atração de investimentos privados para o setor do turismo.

Em 2025, foram aprovadas duas novas políticas públicas no âmbito do PPI. A primeira é a política federal de fomento a parcerias em empreendimentos públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em transformação digital para cidades inteligentes, voltada à estruturação de alternativas de parceria com a iniciativa privada para modernização da gestão e dos serviços públicos. A segunda é a Política de Atenção Especializada em Saúde, destinada ao apoio a estudos de parcerias público-privadas em infraestrutura pública, com foco na ampliação da capacidade de atendimento e na melhoria da prestação dos serviços de saúde, inclusive em maternidades e policlínicas.

TEMOS NO PIPELINE DO PPI

17 POLÍTICAS PÚBLICAS

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Para cumprir a missão de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada, a Secretaria Especial do PPI mantém diálogo aberto e permanente com múltiplos atores: órgãos públicos, de controle e de mercado, partindo do pressuposto de que não é possível criar um ambiente estável de oportunidades de negócios entre o Governo e a iniciativa privada sem diálogo e transparência. Nesse sentido, conforme já mencionado neste relatório, as Secretarias do PPI atuam para viabilizar e facilitar a interação com atores relevantes do mercado de infraestrutura, investidores, agentes financeiros e representantes da sociedade civil.

Esse trabalho ocorre de modo transversal, com o objetivo de, a um só tempo, fazer com que os projetos possam alcançar um número cada vez maior de interessados. Como contrapartida, o Governo Federal recebe contribuições, percepções e críticas de atores que venham a participar dos empreendimentos ou que por eles possam ser afetados. A seguir, serão apresentadas, brevemente, algumas ferramentas utilizadas pelo PPI no que tange ao relacionamento com estes diversos atores.

4.1. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DO PPI

Portal do PPI

Como um dos principais indutores do diálogo Governo-Sociedade, instituiu-se um banco de dados unificado sobre os projetos qualificados no programa, o sítio eletrônico do PPI (www.ppi.gov.br), que concentra as principais informações sobre as oportunidades de investimentos de maneira clara, acessível e atual. O site configura-se atualmente como principal repositório de informações sobre as iniciativas realizadas no âmbito do programa. Nele estão disponíveis dados técnicos sobre os projetos qualificados na carteira do PPI e informações atualizadas sobre suas evoluções e etapas, tais como abertura de consultas públicas, publicação de editais, resultado de leilões, entre outras.

Apoio Administrativo

A área de Apoio Administrativo exerceu papel central na organização e na condução dos processos do Programa de Parcerias de Investimentos ao longo de 2025. No período, foram tramitados 6.528 processos, o que demonstra a intensidade das atividades e a relevância da atuação da área para o funcionamento do Programa. Desse total, foram gerados e inseridos 2.527 documentos, abrangendo diferentes tipos de expedientes indispensáveis à formalização e ao acompanhamento das parcerias. Também foram emitidos 508 ofícios e recebidos 230 processos, instrumentos essenciais para a continuidade das tratativas e para a articulação entre os diversos atores envolvidos.

Outro destaque foi a atuação relacionada às publicações normativas. No âmbito do CPPI, o Apoio Administrativo registrou e publicou 28 resoluções, além de 13 documentos em caráter ad referendum. Esses resultados evidenciam a complexidade das atividades desempenhadas e reforçam a importância de uma estrutura administrativa organizada, eficiente e comprometida com a fluidez, a segurança dos procedimentos e a transparência das ações do Programa.

Em síntese, a área de Apoio Administrativo foi decisiva para a instrução, tramitação e conclusão de processos que contribuíram diretamente para o fortalecimento e o aprimoramento das parcerias estratégicas conduzidas pelo Governo Federal.

Divulgação da carteira do PPI no exterior, atuação internacional e capacitação de servidores

Em obediência ao artigo 8º., inciso XII, da Lei 1334/2016, cabe ao PPI promover e ampliar o diálogo com agentes de mercado e da sociedade civil organizada, para divulgação de oportunidades de investimentos e aprimoramento regulatório. E, tendo em mente os 213 projetos qualificados em carteira, a busca por novos investidores é parte fundamental da agenda do PPI.

Dessa forma, a divulgação internacional do portfólio do Programa busca não só a ampliação de participantes nos certames, mas também o fomento à aprendizagem e desenvolvimento de novas soluções nos contratos firmados e nos projetos desenvolvidos. A Secretaria Especial atuou de maneira intensa na divulgação dos ativos também no exterior. Os servidores participaram de relevantes compromissos listados:

Toronto /Canadá - no evento Prospectors and Developers Association of Canada – PDAC, a principal convenção mundial de exploração mineral e mineração e o principal evento para pessoas, empresas e organizações do setor.

Houston/Estados Unidos - para participação da Sessão Invest in Brasil e da Conferência CERAWEEK 2025, em iniciativas que foram organizadas pela ApexBrasil, conjuntamente com o IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo), para divulgar o lançamento do programa de apoio às empresas internacionais que produzem tecnologias para descarbonização da indústria e pretendem investir no Brasil.

Lima/Peru - na XII edição do PPP Américas, promovido pelo banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, considerado o evento mais importante sobre Parcerias Público-Privadas (PPP) na região e consolidado como um espaço essencial para a troca de experiências, melhores práticas e inovações no desenvolvimento de projetos de PPP sustentáveis.

Milão /Itália - Lisboa/ Portugal, no I Benchmarking Internacional Saneamento & Resíduos - Itália e Portugal, promovido pela Lavoro Solutions, curso que teve como objetivo capacitar gestores da área de infraestrutura e fomentar a adoção de práticas e tecnologias inovadoras na área de Saneamento e Gestão de Resíduos.

Abu Dhabi/ Emirados Árabes e Kuwait - na Segunda Reunião da Força Tarefa de Parcerias Público-Privadas e Infraestrutura dos BRICS, junto de equipe do Ministério da Fazenda, em Abu Dhabi e da Missão para Atração de Investimentos promovida pelo Ministério das Relações Exteriores no Kuwait.

Londres/Inglaterra - na Missão ATP, que teve como objetivo a troca de know-how entre os participantes, proporcionando uma vivência da realidade da operação e gestão portuária em países que são referência no segmento logístico portuário.

Macau/China - no Colóquio sobre o Investimento e Construção de Infraestruturas entre a China e os Países de Língua Portuguesa do Centro de Formação do Fórum de Macau.

Durham/Inglaterra e Edimburgo/Escócia - no evento InfraLeaders 2025, programa internacional exclusivo de capacitação em liderança no setor de infraestrutura, com foco prático e abordagem comparada.

Andaluzia/Espanha - na Missão Técnica Internacional à Espanha, iniciativa com intuito de promover a irrigação e a gestão de recursos hídricos, focando na promoção de ações que estimulem e apoiem o intercâmbio de conhecimento com experiências em agricultura irrigada e gestão de recursos do setor.

Assunção/Paraguai - no 2º Fórum Fluvial Sul-Americano, com atividade complementar de visita à NAVEGISTIC - Feira de Logística Intermodal e Fluvial Sul-Americana.

Pequim/China - no Programa Academia de Liderança Digital e Sustentável, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em parceria com a Universidade de Tsinghua.

Lisboa/ Portugal - na ação de capacitação sobre o Programa REVIVE, em continuidade à execução do PECTUR e do Plano de Ação 2024-2026, que capacitou técnicos dos países da CPLP ligados ao patrimônio e ao turismo.

Cidade do Panamá/ Panamá - no evento "Parcerias Público-Privadas sustentáveis no Panamá: como aprimorar o marco nacional para impulsionar mais e melhores projetos".

Londres/Inglaterra - na segunda missão do Green Cities, Infrastructure and Energy Programme (GCIEP), que reforça a parceria estratégica Brasil–Reino Unido, reunindo Tesouro Nacional, MPO e PPI com a National Infrastructure and Service Transformation Authority (NISTA).

Além das visitas, houve grande número de audiências e atendimentos a empresários, representantes políticos e diplomáticos dos mais diversos países

na sede do Programa. O trabalho de conversa ativa, divulgação de oportunidades e diretrizes de governo foi realizado intensamente.

Produção de notícias e presença nas redes sociais

Com o intuito de dar transparência às ações realizadas no âmbito do programa, o PPI regularmente produz conteúdo de interesse jornalístico para a área de notícias do site. As matérias divulgam os avanços obtidos nos projetos qualificados no programa, comunicam sobre a realização de consultas e audiências públicas e fornecem importantes esclarecimentos à sociedade sobre os projetos. A Secretaria também trabalha em conjunto com outros órgãos de governo, sobretudo a Casa Civil, reproduzindo, no site, matérias das agências reguladoras e Ministérios parceiros do Programa, ampliando o potencial de alcance junto à sociedade. Para dar ampla visibilidade a esses conteúdos informativos, as notícias são também divulgadas nas redes sociais do PPI, @ppinvestimentos. O programa possui páginas oficiais nas mídias Instagram (mais de 14.000 seguidores, cerca de 28.500 visualizações, além de 500 interações), LinkedIn (mais de 15.500 seguidores; de 14.000 impressões e cerca de 2.500 pesquisas na página) e Youtube (cerca de 700 seguidores). Vale destacar que, à semelhança da parceria na divulgação de conteúdos produzidos por outros órgãos de governo, as redes sociais são espaços de interação com outros canais oficiais do Governo Federal, como as redes sociais das Agências Reguladoras e dos Ministérios parceiros, novamente com o intuito de potencializar o alcance das notícias sobre o Programa e dar transparência a ações e projetos.

Ao longo do período, a SEPPI manteve atuação constante no relacionamento com a imprensa, com o Parlamento, com instituições parceiras e com a sociedade, contribuindo para ampliar a transparência, a divulgação de informações e o diálogo em torno dos projetos e políticas públicas qualificados na carteira do PPI. Por meio de sua assessoria especializada, foram prestados esclarecimentos, atendidas demandas de informação e promovida a interlocução com diferentes públicos de interesse.

No campo do atendimento ao cidadão, a Secretaria assegurou o tratamento das manifestações e solicitações encaminhadas pelos canais institucionais, reforçando o compromisso com a transparência, o acesso à informação e a responsividade da administração pública. Também foram realizados esforços contínuos de comunicação e engajamento com partes interessadas, com vistas a ampliar o conhecimento sobre a atuação do Programa e favorecer a participação social.

A SEPPI também esteve presente em debates, encontros técnicos e iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, consolidando sua presença em espaços de discussão sobre infraestrutura, parcerias e desenvolvimento. Essas participações contribuíram para o intercâmbio de experiências, a difusão de boas práticas e o fortalecimento do ambiente institucional necessário à estruturação e à implementação de projetos estratégicos.

Destaca-se, ainda, a realização da primeira edição do Fórum Nacional de PPPs, marco relevante para a consolidação das parcerias público-privadas no país. A iniciativa reuniu representantes do setor público e privado, especialistas e demais atores envolvidos, promovendo reflexões sobre os avanços alcançados e as perspectivas para o fortalecimento das PPPs no Brasil.








THE FUTURE OF TAX-FREE DEBENTURES
IN THE NEW WAVE OF CONCESSIONS
Opportunities and Challenges for Credit Investors










Fórum
Nacional
de PPPs
2025
Avanços e transformações em PPPs e Concessões para melhorar a infraestrutura e os serviços públicos
PPIF


PPIF
BNDES
INFRA
[B]3


conexões
FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL






INDEX


GHC 100% SUS



Por fim, destaca-se a agenda Diálogos PPI, que se consolidou como um importante espaço de disseminação de conhecimento, articulação institucional e fortalecimento de redes entre os diversos atores da infraestrutura no país. Nesse contexto, o Diálogos PPI com Estados e Municípios reafirmou-se como uma iniciativa relevante para incentivar a descentralização, promover o intercâmbio de experiências e apoiar o avanço das parcerias público-privadas nos entes subnacionais.



As PPPs estaduais e municipais vêm se firmando como instrumento estratégico para ampliar a eficiência na implantação de projetos de infraestrutura e aprimorar a prestação de serviços à população. Com o objetivo de expandir essa agenda e estreitar o relacionamento com gestores públicos de todo o país, a SEPPI estruturou encontros periódicos, realizados em formato online, voltados à reunião de secretários, gestores e servidores envolvidos com concessões e parcerias. A iniciativa tem favorecido o diálogo sobre desafios comuns, alternativas de estruturação e soluções inovadoras para o desenvolvimento de projetos.





Até o momento, a agenda Diálogos PPI com Estados e Municípios alcançou sua 23ª edição, reunindo mais de 900 participantes. Ao longo das edições, foram debatidos temas relevantes para o fortalecimento da agenda subnacional, como modelagens de projetos municipais, oportunidades de atração de investimentos, capacitação técnica e aproximação com organismos internacionais, entre outros assuntos de interesse dos gestores públicos.



A agenda reforçou, ainda, a importância da atuação coordenada entre os setores público e privado para impulsionar uma infraestrutura mais eficiente, inovadora e sustentável, em consonância com os objetivos de desenvolvimento econômico e social do país.



5. COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

Marcus Benício Foltz **Cavalcanti** (Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos);

Cecília Machado **Cafezeiro** (Secretária Especial Adjunta);

Manoel Renato Machado Filho (Secretário da Secretaria Adjunta de Infraestrutura Social e Urbana- SISU);

Adailton Cardoso Dias (Secretário da Secretaria Adjunta de Infraestrutura Econômica- SIEC);

Andrey Goldner **Baptista** Silva (Secretário da Secretaria Adjunta de Projetos Especiais- SIPE);

Cleyton Miranda **Barros** (Assessor-Chefe da Assessoria Especial- AESP).

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Rui Costa dos Santos (Ministro da Casa Civil da Presidência da República);

Antônio **Waldez Góes** da Silva (Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional);

Fernando Haddad (Ministro da Fazenda);

Alexandre Silveira de Oliveira (Ministro de Minas e Energia);

Simone Nassar **Tebet** (Ministra de Planejamento e Orçamento);

Maria Osmari**na** da **Silva** Vaz de Lima (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima Estado do Meio Ambiente);

José **Renan** Vasconcelos **Calheiros Filho** (Ministério dos Transportes);

Jader Fontenelle **Barbalho Filho** (Ministro das Cidades);

Silvio Serafim **Costa Filho** (Ministro de Portos e Aeroportos).



PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS | PPI

CASA CIVIL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO